

Brasil renegocia US\$ 82 bilhões em 20 anos

NOVA YORK — O Brasil e os bancos credores firmaram ontem um acordo no valor de US\$ 82 bilhões — o maior contrato financeiro de toda a história —, assinado pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e pelo Presidente do Comitê Assessor de Bancos e Vice-Presidente do Citicorp, William Rhodes.

O acordo inclui um crédito de US\$ 5,2 bilhões — dos quais US\$ 1 bilhão para conversão em bônus da dívida de longo prazo, US\$ 3,6 bilhões provenientes de cofinanciamentos e financiamentos paralelos com o Banco Mundial, e US\$ 600 milhões em crédito comercial a médio prazo — para o pagamento de juros da dívida entre 1987 e a primeira metade de 1989.

Inclui, ainda, um total de US\$ 15 bilhões em créditos comerciais e interbancários que os bancos comerciais internacionais continuarão fornecendo para créditos de curto prazo. O maior volume de recursos negociados, US\$ 62 bilhões, faz parte de um acordo de reestruturação das dívidas vencendo entre 1º de janeiro de 1987 e 31 de dezembro de 1993, contraídas pelos setores público e privado. O prazo acertado com os bancos comerciais estrangeiros é de até 20 anos.

As condições estabelecidas no acordo fixam a aplicação da taxa interbancária de Londres (Libor), atualmente em 8,5%, mais um spread de 13/16 (0,8125%) para novos créditos, bônus e dívidas renegociadas.

Mailson definiu o acordo como prova de que o País já conseguiu normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional e da confiança dos credores nas medi-



Elmo de Araújo Camões (à esquerda), Mailson da Nóbrega e William Rhodes

das que o Brasil está adotando visando à sua reestruturação econômica.

— Agora, esperamos que nossos credores continuem reagindo favoravelmente aos esforços que estamos investindo em busca da redução das transferências de recursos ao exterior e da retomada do crescimento — afirmou.

Mailson ressaltou que a assinatura do acordo não resolve o problema da dívida, “abrindo caminho para a o trabalho que tentamos realizar”.

Segundo ele, o Brasil não pode continuar remetendo para o exterior uma percentagem substancial de sua poupança interna, reduzindo a capacidade de investimento e agravando as pressões inflacionárias.

Mailson reafirmou, ainda, que o “pacote brasileiro” se antecipa à tendência de reescalonamento como solução para o problema de endividamento dos países devedores.

Para William Rhodes, a importância do acordo está no fato de ser o primeiro que combina dinheiro novo com significativas provisões para redução das dívidas:

— Agora, o Brasil pode reduzir sua dívida externa junto aos bancos comerciais em mais de US\$ 18 bilhões até 1993, economizando aproximadamente US\$ 3 bilhões em função das baixas margens de juros

Segundo Rhodes, o sucesso do acordo — e, em especial, dos chamados “bônus de saída”, que permitem aos bancos substituirem até US\$ 15 milhões da dívida por bônus de 25 anos de prazo, com 6% de juros anuais e transformáveis em OTNs — demonstra o respaldo da comunidade internacional aos esforços do Governo brasileiro na aplicação de reformas estruturais “que levem o Brasil à concretização de seu potencial econômico”.